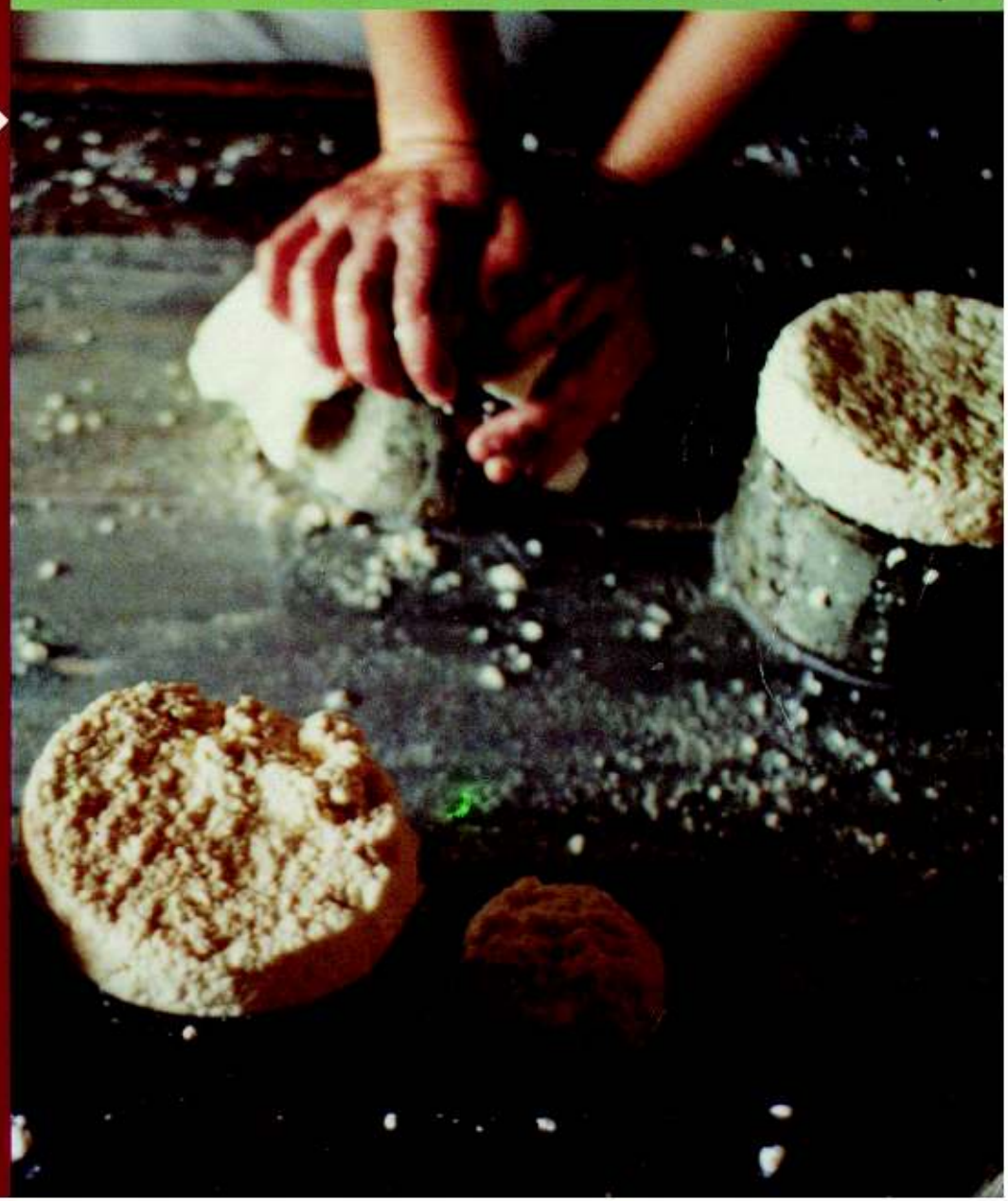


4

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: Luís Pavão

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Ano de publicação: 1996

TEXTOS E SOCIEDADES NO GARBE AL-ANDALUS

ANTÓNIO BORGES COELHO

Tanto a verdade histórica como o mito se incorporam nas representações que dão sentido aos passos que agora mesmo renovamos. E se os mitos captam o real profundo, tem sido com o pensamento lógico que a Humanidade vem aumentando o conhecer e o poder, desenvolvendo e ameaçando a própria vida na Terra.

Um positivismo histórico difuso em diferentes escolas e sistemas, confundindo o real e o lógico, coisificando os modelos, anulando a indeterminação do real, indeterminação acrescida nas sociedades humanas pelo factor a que os filósofos chamaram livre arbítrio, tem levado muitos autores a refugiarem-se na procura necessária e sempre incompleta de informações novas, esquecendo que conhecer é relacionar. Há mesmo quem minimize e desconfie da compreensão em História e, a pretexto de perigo ideológico, recuse, afinal por preconceitos ideológicos, determinadas ferramentas conceptuais e expulse do território da teoria contributos de autores caídos em desgraça.

A existência de autores malditos é tão velha como a história do pensamento ocidental. Malditos num século, benditos em outros. Mas qualquer artifice sabe que quanto mais variadas e complexas forem as ferramentas, maiores possibilidades se abrem à acção. Necessário é conhecer as ferramentas até para as rejeitar e afinar e saber quando, onde e como manejá-las.

Há quem insista em todos os tons que as ideologias morreram, tocam-se as trombetas do Juízo Final da História como se fosse possível viver sem representações do mundo e sem conflitos, isto precisamente num tempo em que se reacendem na própria Europa velhíssimas guerras de bandeira religiosa que há muito se julgavam desaparecidas.

Ao constante movimento e transformação do mundo, a razão conhece imobilizando na ideia o que se move. Daí a necessidade de rectificação constante, de encontrar novas relações e mecanismos lógicos que envolvam não só a prova como até a ilusão do movimento.

O MITO DO DILÚVIO

Este prómio pretende justificar as palavras que se seguem. Por mais asséptica que seja a nossa postura e linguagem, por mais que congelemos a objectividade e expulsemos e anatemizemos as ideologias, o tempo social, cultural e político concreto marca a actividade do historiador e do arqueólogo. E é um sinal dos nossos tempos, esta necessidade de sublinhar o óbvio, de reafirmar o sobejamente verificado, demonstrado.

Em Portugal nas décadas de 30, 40, 50, 60 deste século, no ensino e na produção historiográfica universitária, sobraram os

germanos, suevos ou visigodos. Houve quem encontrasse o arquétipo da pátria já materializado na horda sueva. Outros extasiaram-se, por cristãos ou por germanos, ante a arte, a cultura e a arquitectura, certamente preciosa, do povo de tendas e cabanas que era o visigodo.

Quanto aos muçulmanos, se Alexandre Herculano não os esqueceu na *História de Portugal* e se a primeira metade do século revelou entre outros um grande arabista, David Lopes, a verdade é que a Universidade difundiu durante décadas a ideia de que os muçulmanos do Garbe ou teriam perdido a cabeça no gume das espadas de Henriques e Afonsiques ou tinham sido escorraçados sem deixar rasto para o outro lado do mar.

Significativamente, a *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, e ainda hoje obra de grande valia, dedicava 94 páginas aos 200 e tantos anos do domínio visigótico e 40 páginas aos mais de 500 anos de poder muçulmano. Creio bem que, até aos finais da década de 70, perdoem-me a ironia, alguns historiadores lusitanos mataram mais muçulmanos no Garbe do que as artesanais espadas afonsinas. Viveu-se, como escrevi algures, um verdadeiro complexo do pecado original. Para lavar, purificar o pecado da convivência com o muçulmano, na cidade e no leito, nada mais purificador que o mito do dilúvio de sangue aberto pelas espadas da Reconquista.

Os arqueólogos trabalham com objectos, desvendam os segredos guardados na terra e silenciam de alguma forma o tumulto. Alguns protestarão afirmando, por exemplo, que a boca aberta dos mortos, enterrados vivos e descobertos no criptopórtico de Mértola, nos assustam com a mudez do seu grito. Seja como for, o tempo social, cultural e político também se fez sentir no trabalho dos arqueólogos. Antes da década de 70, em Portugal, destruíam-se muitas vezes as camadas

de superfície para alcançar rapidamente o santo dos santos das antiguidades romanas.

AS ESTREMADURAS

Os restos, desvelados pelos arqueólogos, permitem reencontrar as estruturas, o duradoiro, o que mais permanece. Os próprios actos individuais ficam reduzidos ao osso dos gestos necessários do quotidiano. Pelo seu lado, os textos assinalam a mudança, entreabrem a porta ao acto individual e gratuito, ao pensamento pessoal e também ao tumulto. Na prática do arqueólogo, de certo modo o movimento pára, o som emudece. Os textos, ao contrário, aquecem e chocam o ovo da vida.

Por certo os textos dos autores muçulmanos medievais olham a vida por cima, dos palácios, e raramente vão além do pórtico das mesquitas. De qualquer modo, a partir dos textos, alinharei um breve rosário de ideias gerais, quase todas pacíficas outras talvez não tanto.

1. O domínio e a cultura muçulmana radicaram-se mais profundamente no chamado Portugal mediterrânico, mas os textos indicam que os fluxos e refluxos da maré vão bem além dessa fronteira natural.

Pouco antes da conquista de Lisboa, cerca de oitenta anos decorridos sobre a conquista de Coimbra, o geógrafo Edrici situava o limite de Portugal e de algum modo do Garbe na corda do rio Vouga.

A dança das fronteiras, estremas ou Estremaduras pode ser melhor acompanhada pelo arquivos cristãos. Num documento do ano 909 afirma-se: «reinando na Galiza e na estrema do Minho e na estrema do Douro, Ordonho, filho de Afonso»¹. As estremas situavam-se então, a ocidente, na região do Minho e na região do Douro.

Século e meio mais tarde, nos forais de S. Martinho de Mouros e outras vilas situadas na linha do Douro transmontano², Fernando Magno diz pretender ampliar as Estremaduras que, pelos vistos, galgavam então o Douro para a outra margem.

Os exemplos podiam multiplicar-se. E afinal a chamada Reconquista acabou por definir duas grandes Estremaduras, a portuguesa, que seguia a linha da costa entre o Douro e o Tejo, e a Estremadura castelhana que corre em Castela-a-Nova junto à fronteira portuguesa.

2. Os textos provam igualmente que houve árabes na Península Ibérica. Esta afirmação pode parecer redundante. Mas não têm faltado vozes que minimizam ou afirmam até que os árabes não existiram. E como há sempre boas almas dispostas a entregar-se às novidades e ao absurdo, é necessário reafirmar que no Andaluz e também no Garbe se estabeleceram árabes, designadamente

ieménitas. Nos exércitos da conquista, no exército dito sírio que sufocou a revolta berbere, no estabelecimento do emirato omíada. Ao longo do tempo não faltaram depois imigrantes oriundos do Oriente. Os textos muçulmanos conservam também a descrição de ferozes lutas tribais que prolongavam na Península velhas lutas travadas na Arábia e na Síria.

FOME DE HOMENS CONQUISTAS SOCIAIS

3. Os cavaleiros e peões da Reconquista não pretendiam apenas alargar o seu espaço, cercar novas terras mas, usando palavras antigas, «ferrar o gado humano que as adubava e rompia». E na caça ao homem não importava ao caçador se eram muçulmanos ou cristãos, hispanos ou berberes.

Não se nega a guerra cruel e o extermínio, não se ocultam tão-pouco do lado muçulmano as almenaras erguidas com as cabeças dos vencidos para chamar os crentes à oração, não se subestima a fuga, por vezes maciça, e a deslocação de populações. O próprio Afonso VI, rei de Leão e de Castela, afirmava que era impossível degolar todos os muçulmanos³. O que se afirma é que a vida continuou, certamente mais difícil nos primeiros tempos, sob a espada dos novos senhores. Sesnando de Coimbra segurou os vencidos da cidade e da região do Mondego e aplacou os muçulmanos e moçárabes da recém-conquistada Toledo. Só numa razia, Afonso Henriques trouxe para Coimbra mais de mil moçárabes. Porque haveriam os senhores cristãos de rejeitar e expulsar os braços que lhes fariam frutificar as terras?

4. Não foram apenas as novidades técnicas da guerra ou o choque frontal dos exércitos que, por si sós, trouxeram a vitória aos estados cristãos. Só quando Fernando Magno e seu filho Afonso VI se propõem aceitar a originalidade social e até religiosa do Islão é que as conquistas se tornaram irreversíveis.

Basta ler os forais dos concelhos reconhecidos no território do Portugal mediterrânico e compará-los com os direitos das populações dependentes do Portugal atlântico tais como aparecem consignados nas suas cartas de foro.

Segundo a Crónica da *Conquista do Algarve*, em Faro «a avença que el-rei fez com os mouros foi por esta guisa: que eles lhe fizessem aquele mesmo foro que em todas as cousas faziam a seu rei e que eles houvessem todas as suas casas, vinhas e herdades pela guisa; e que el-rei os defendesse e amparasse assim dos mouros como de outras quaisquer gentes que lhes nojo fizessem. E os que quisessem ir para alguns lugares de mouros que se fossem livremente com todas as cousas. E que os cavaleiros mouros ficassem por seus vassalos e que andassem com el-rei quando lhe cumprisse e que ele lhes fizesse bem e mercê»⁴.

O foral de Cáceres é também muito elucidativo. A vila foi rendida por Giraldo Sem Pavor em 1165 mas só passou definitivamente para domínio

cristão em 1229, sessenta e quatro anos depois. Segundo o foral então outorgado, os povoadores não queriam povoar Cáceres porque temiam perder tempo e tudo o que tinham se acaso Afonso IX de Leão e da Galiza desse a vila a alguma ordem religiosa, concretamente à Ordem de Santiago. O rei garantia aos habitantes o concelho «per se e super se», sujeito somente à majestade do rei de Leão e assegurava: «quem vier povoar Cáceres, seja de que condição for, cristão, judeu ou mouro ou livre ou servo venha seguramente». E nem respondam por inimizade ou por qualquer outra coisa que tenham feito antes da tomada de Cáceres. E se algum vizinho vender ou empenhar bens de raiz aos frades, perca-os para o concelho⁵. Isto é, os povoadores de Cáceres, cristãos, judeus ou mouros (e entre os cristãos bom número dos «tornadiços a que se referem os *Costumes de Beja*) impunham como condição para povoar de novo a vila a soberania do concelho, apenas sujeita à autoridade régia, a não aceitação da Ordem de Santiago, zeladora da fé e dos bons costumes, e o perdão implícito da oposição à conquista.

O CAMINHO DE MECA

5. Desbravado está o caminho para Santiago, caminho mais intensamente cavalgado e calcorreado após o afluxo dos frades cluniacenses e dos condes burginhões Raimundo e Henrique. Mas houve também um caminho, e mais antigo, para Meca. Muitos peninsulares fizeram a peregrinação à cidade santa. Mas tal como no caminho de Santiago, nos caminhos para Meca cruzaram-se homens, animais, plantas, mercadorias, técnicas agrícolas e artesanais, ideias, manuscritos de Aristóteles, de Avicena, a ideia de Universidade e de Hospitais.

DA CIDADE MUÇULMANA

6. Os textos permitem igualmente considerar o binómio cidade-campo, não só como estruturas opostas mas complementares. O quotidiano das cidades e das vilas do Garbe não se afastaria muito daquele que se entreabre no *Tratado* de Ibn Abdune⁶.

As cidades viviam da produção agrícola das aldeias da sua periferia e nelas moravam funcionários, mercadores, proprietários e artífices. Nas almoinhas das vilas e cidades vicejavam as hortas e pomares. Mas sem as aldeias e os seus cereais as cidades facilmente seriam presa de conflitos internos e mudariam de senhor.

O elo cidade-aldeias era assegurado pelos chefes das aldeias que aí representavam o poder da cidade. Estes deveriam manter boas relações com os camponeses pondo um freio nos avaliadores de impostos, considerados a escória da população. Nas herdades dos

particulares deveria haver um guarda jurado senão os camponeses tratariam as herdades dos habitantes da cidade como se fossem públicas. E os branceiros agrícolas teriam de cumprir com consciência a sua jornada de trabalho não perdendo tempo com a satisfação das suas necessidades.

À frente das cidades estava o juiz, assessorado no seu pretório por dois juristas e defendido pela guarda dos alguazis. Ligados à actividade do juiz, multiplicavam-se os notários e os advogados que não deveriam ser moços, borrachos ou libertinos.

Além de julgar os feitos civis e criminais, o juiz tinha a seu cargo o tesouro das fundações pias dos muçulmanos. A ele cabia dar dinheiro para se cultivar determinado campo, para o pagamento de salários, restauração de herdades ou edifícios ou ainda para a organização de campanhas militares. Também só uma ordem do juiz poderia quebrar a inviolabilidade do domicílio, garantida pela lei.

Em suma, o juiz acumulava funções de gestão da cidade e do termo, funções judiciais e também funções religiosas na medida em que organizava a guerra santa e era o fiel depositário do tesouro pio guardado na mesquita aljama.

O almotacé era como o irmão do juiz e devia vigiar o trabalho dos artesãos e dos obreiros, organizados em corporações, e zelar pela higiene da cidade e a observância das prescrições religiosas.

O centro físico da medina ou cidade era a mesquita maior. Nas suas naves liam o Corão e a Suna e nas galerias um alfaqui doutrinava e ensinava as gentes que se purificavam na sala de abluções. As mesquitas coexistiam com igrejas, conventos e algumas sinagogas.

A cidade que perpassa nos poemas confirma o *Tratado* de Ibn Abdune. Os poetas do Andaluz cantam os palácios como o palácio das Varandas em Silves, as casas de campo com os seus jardins. No Palácio Bendito de Sevilha onde foi morto Ibn Amar coexistiam as câmaras e alcovas com os jardins, com a masmorra na torre sobre a porta e com o cemitério.

Com os poetas entramos na alcáçova e na mesquita, ouvimos o ruído dos mercados. As muralhas, a que se encostam as vielas e os vãos, circundam a medina. Às portas chegam as caravanas com as mercadorias e as notícias cantadas pelo pregoeiro. Entre as mercadorias, mercadorias humanas com corrente e tronco soldado ao pé.

Havia casas ricas com colunas, casas térreas, casas de sobrado, casas próprias e casas de aluguer. Neste mundo de cidade não faltavam o ouro nem a prata nem os maravedis. Os mercadores e artífices com as suas tendas organizavam-se em corporações como pode ler-se nos versos de Almer-tuli: «Recomendei-te que não desejasses o cargo de tabelião / nem o de imã nem o de síndico de corporação»⁷. E nalgumas cidades nem faltavam os esgotos. Abdalá ibn Uázir, poeta e alcaide de Alcácer do Sal na altura da conquista final cristã, queixava-se nos seguintes versos: «Não desesperes de chegar a califa / pois Ibn Amr foi nomeado inspector das alfândegas. // Desgraçada

época em que se fazem coisas como esta colocar / altos cargos nas mãos de um limpador de esgotos...»⁹.

VALORES

7. Que valores impulsionavam as comunidades no Ocidente muçulmano? A resposta envolve uma investigação profunda. Averbarei tão só dois breves apontamentos.

Se a poesia exalta o prazer dos sentidos, Ibn Baja na *Carta de Adeus*⁹, por exemplo, declara que são dois os fins que os homens se propõem: um, lograr com os seus actos tudo o que agrada a Deus; o outro, um fim misto que se compõe dos fins próprios da gente rica e dos fins da gente nobre, isto é, lograr o prestígio social oferecido pela ostentação, os vestidos, os adornos luxuosos e o gozo dos prazeres.

Estes são os fins louváveis. Evidentemente os pobres tinham que contentar-se com agradecer a Deus. Mas os ricos e nobres que buscam somente os prazeres sensíveis são censuráveis, vis e néscios. Aos prazeres do domínio, do deleite das honras e da glória mundana, Ibn Baja aponta-lhes o prazer que se alcança no estudo das ciências.

Este estudo envolve dois tipos de deleite: um, que se origina no desejo de saber, que provoca dor e se parece com o deleite corpóreo; e o outro, o deleite daquele que conhece alguma coisa e constitui um prazer perene e nele participam quatro dos prazeres corporais, principalmente o prazer da vista e do ouvido. Para Ibn Baja o fim mais eminente era não só a procura mas principalmente a contemplação do saber que se confunde com a contemplação de Deus.

Por sua vez, inscrições conservadas em dezenas de fragmentos cerâmicos da época almóada, encontrados em Mértola¹⁰, transmitem valores como o da felicidade e o do poder.

Certamente muitas das palavras inscritas não terão exactamente o conteúdo que hoje lhes atribuímos. A palavra «felicidade» vem à cabeça, logo seguida de «o império» ou «poder». Outros vocábulos-fim são a «bênção», o «agradecimento», a «saúde», a «glória», a «tranquilidade», a «prosperidade», a «pureza». A «prosperidade» vem inscrita somente uma vez em cerca de seis dezenas destas inscrições cerâmicas. Em que consistiria então a felicidade? Seria a prosperidade pouco importante em detrimento do império, da bênção e da glória?

CEREAIS E ABÓBORAS

8. A poesia exalta o prazer dos sentidos e as noites de boémia e prova que o vinho, não um vinho literário mas o vinho trepador, entrava na mesa dos

senhores e dos outros crentes, por mais que a plebe castigada dos arrabaldes de Córdova insultasse o emir Alá-queme II aos gritos: — Vem rezar, borracho!

As orgias não contavam só com homens e os seus belos copeiros. Cantoras escravas participavam nas veladas nocturnas onde o sexo jogava à cabra cega. Não faltavam os perfumes no perfumador e Ibn Amar, mesmo na prisão, não dispensava a navalha de barba e o depilador.

Os poetas acenderam o fogo das lareiras que aqueciam as veladas nocturnas. E cantaram insistentemente a água, a nora, os tanques, os repuxos, os jardins.

Quase não há referências ao trabalho camponês, mas não deixam de pintar a cor das laranjas e das laranjeiras, das searas, da beringela, da alcachofra, do cavalo negro. Ibn Mucana, o lisboeta de Alcabideche, canta os cereais, as cebolas e as abóboras. Pinta os moinhos de vento. Deixa entrar os javalis que devoram as culturas. E não hesita em retratar-se «colhendo silvas / com uma podoa ágil e cortante».

Não faltam referências ao trabalho do tecelão e até Ibn Sara de Santarém compara o novo e penoso ofício de papeleiro «à agulha dum alfaiate: / veste os nus / mas o seu corpo permanece nu».

O rio de Mértola já não escoa os metais e o trigo. Nem tão pouco o emir dos crentes Iacube Almançor se dispõe a consultar o mertolense Muça ibn Imrane Almertuli para saber se vencerá ou não os cristãos em Alarcos.

A sombra da Ordem de Santiago, primeiro, depois a navegação oceânica, as estradas, o caminho de ferro deixaram a vila parada no tempo guardando no seu solo tesouros culturais escondidos e que agora vêm a luz do dia. É a cultura que hoje anima todos os

caminhos de Mértola, incluído, ao que parece, o do próprio rio.

NOTAS

1 *Comunas ou Concelhos*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1986, 74.

2 *Ibidem*, 76.

3 *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1973, III, 114.

4 *Ibidem*, III, 340.

5 Pedro Lumbreras Valiente, *Los Fueros Municipales de Cáceres*, Cáceres, 1974, IV, V.

6 *Portugal na Espanha Árabe*, III, 215 e ss.

7 *Ibidem*, I, 58.

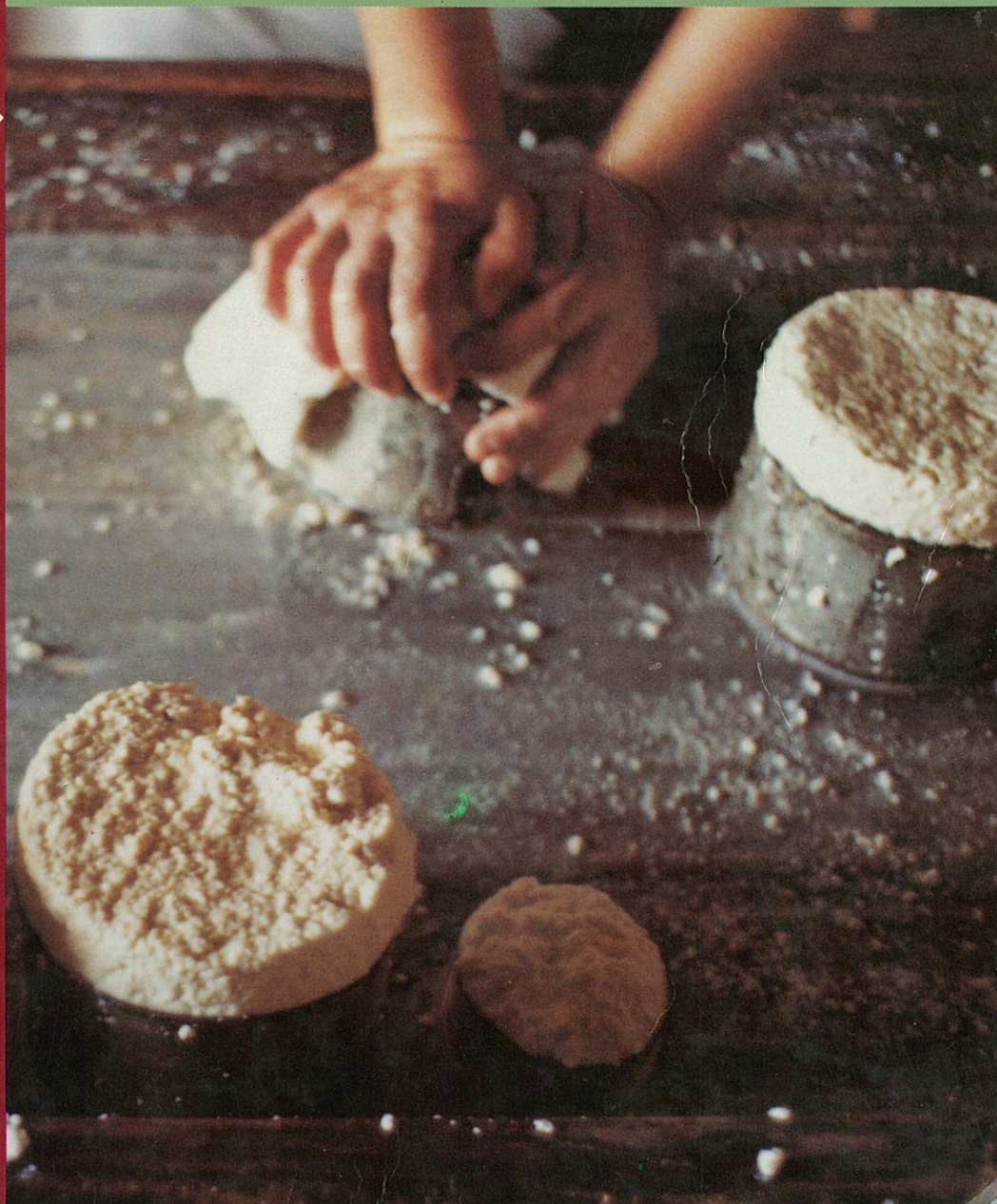
8 *Ibidem*, IV, 295.

9 *Ibidem*, IV, 53 e ss.

10 Abdallah Khawli, «Lote de cerâmica epigrafada em estampilhagem de Mértola», *Arqueologia Medieval*, Porto, Afrontamento, 1992, I, 7.

4

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa e da contracapa: Luís Pavão

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 572

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — Telefax: (02) 591777

Impressão: Rainho & Neves, Lda. — Santa Maria da Feira

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Ano de publicação: 1996